

# FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

## COMISSÃO DE PESQUISA

### 2º Seminário:

#### ***Comitês de Ética em Pesquisa na USP: situação atual e desafios***

**DATA: 31 de outubro de 2012**, 4af, das 09h às 12h, sala 24 do Conjunto Didático de Filosofia e Ciências Sociais.

#### **PROGRAMA:**

9:00 – Abertura – Profª Drª Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer e Prof. Dr. João Paulo Cândia Veiga, respectivamente ex e atual Presidente da Comissão de Pesquisa da FFLCH.

9:20 – 11:00 – Exposições dos convidados: Profª Drª Flávia Inês Schilling, da Faculdade de Educação da USP e do Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro, do Instituto de Psicologia da USP.

11:00 – 12:00 – Debates.

#### **Breve relato do Seminário:**

A Prof.(a) Dr.(a) **Flávia Schilling**, da Faculdade de Educação, esclareceu que em sua unidade não há um CEP, mas uma Comissão de Ética, não regulamentada, que vem discutindo e orientando demandas, baseando-se, por exemplo, em publicações como *Ética em Pesquisa. Temas Globais*, disponível para download em:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica\\_pesquisa\\_temas\\_globais\\_p1.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/etica_pesquisa_temas_globais_p1.pdf)

Nesta publicação, destacou especialmente o artigo *Ética na Pesquisa Social: Desafios ao Modelo Biomédico*, das autoras Débora Diniz e Lara Guerreiro, em função das questões pertinentes às pesquisas no campo das Humanidades.

Nesse sentido, lembrou alguns desafios e dilemas centrais para pesquisadores desse campo, como quem avalia o avaliador frente às submissões de TCLEs (Termos de Consentimento Livres e Esclarecidos), e o que pode ou não ser compreendido como produção de danos aos sujeitos das pesquisas, pois há sutilezas entre o que se pode considerar danos ou

efeitos. Há ainda a questão da [im]previsibilidade e do controle de reações de parte dos entrevistados. Em uma “sociedade do risco”, no limite, todas as ações produzem efeitos que podem ser interpretados como danos...

Como exemplos de áreas especialmente sensíveis e interdisciplinares, envolvendo o campo da Educação, destacou pesquisas em psicologia e psicanálise da educação; formação de educadores indígenas; problemáticas relativas à gênero, sexualidade, religião e violência nas escolas.

Na Faculdade de Educação, é pedido aos alunos que realizam pesquisas “com” seres humanos, que considerem o seguinte roteiro de perguntas e esclarecimentos:

- 1) Para quais fins desenvolvo esta pesquisa? O que pretendo com ela?
- 2) Quem pode me ajudar nesta pesquisa? E de que forma podem me ajudar? (problematizar a imprescindibilidade das entrevistas)
- 3) O que posso perguntar e como devo fazê-lo? (problematizar as emoções que podem ou não causar danos durante a coleta de dados).

A Prof.(a) Flávia também lembrou o quanto o momento da análise dos dados e em toda a série de cuidados metodológicos envolvidos em uma pesquisa é delicado, pois, no campo da educação, por exemplo, podem estar em questão a publicização de fracassos escolares tanto de indivíduos como de escolas, ou seja, a danos às imagens de pessoas e instituições podem ocorrer. Além disso, cabe sempre pensar como editar falas de entrevistados e como apresentá-las; quais as implicações de respeitar o sigilo das fontes e de o pesquisador ir à campo “dissimulado” e sem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Entre os exemplos citados para ilustrar as peculiaridades das pesquisas no campo da educação, foi citado, por exemplo, o exíguo número de trabalhos sobre meninas lésbicas nas escolas, menores de 18 anos, casos em que se entende, normalmente, que a preservação de danos implica não pedir o TCLE aos pais, para justamente garantir a privacidade das meninas.

Na opinião da Prof.(a) Flávia, um dos problemas dos CEPs é sua ênfase fiscalizadora. Por isso, a Faculdade de Educação da USP desistiu de pedir a regularização de um CEP junto ao CONEP e, por ora, adotou o procedimento de que todos os pesquisadores assinam uma declaração da qual constam princípios gerais de ética em pesquisa.

Houve também receio, por parte da Faculdade de Educação, de que no caso de ter um CEP, para ele também fosse encaminhada uma demanda reprimida de outras instituições, uma vez que é possível o CONEP encaminhar demandas de uma instituição à outra.

O Prof. **Marcelo Ribeiro**, relatou que o Instituto de Psicologia da USP, há aproximadamente 10 anos, conta com um CEP regularizado e que tanto analisa pesquisas com animais quanto com seres humanos, as quais, indiferentemente, apresentam desafios políticos, epistemológicos, metodológicos e organizacionais.

Lembrou que no último dia 20/09/2012, houve um grande encontro dos representantes de CEPs no Brasil, no qual foi aprovada a proposta de que nas áreas de Humanas e Humanidades haja ressalvas no que tange ao TCLE, o qual, por exemplo, pode deixar de ser uma exigência *a priori* e para ser uma elaboração que se desenvolva no correr da pesquisa.

Concordando com a ênfase fiscalizadora dos CEPs, apontada pela Prof<sup>a</sup> Flávia, lembrou que cabe também aos CEPs transformarem-se em espaços de assessoria e consultoria, pois há muitas pesquisas que padecem e orientações metodológicas mínimas.

Uma questão relevante, a seu ver, é se as Humanas e Humanidades devem se subordinar à lógica do Ministério da Saúde, ou se devem ter outro 'ponto focal' em outro órgão ou agência pública. O professor pensa, por exemplo, que uma parte das pesquisas psicológicas deve sim estar subordinada ao Ministério da Saúde, mas outra parte não. Enfim, quem deve ser o agente regulador? Ele lembra que a Associação Brasileira de Antropologia já sugeriu que fosse o Ministério da Ciência e Tecnologia o 'ponto focal'. Mas será que deve sempre ser um só agente? Como agir, por exemplo, no caso de pareceres para publicações em artes? Considera muito problemática a concentração, em um mesmo agente, das funções regulatória e fiscalizadora.

Entende que esclarecer dúvidas faz parte da complexidade de qualquer procedimento de pesquisa e do amadurecimento de qualquer pesquisador, daí questões éticas devem sempre percorrer todo o processo de pesquisa e não só seu início.

Reportando-se à Resolução 196, mencionada pelo Prof. Negrão, no 1º Seminário, lembra que se trata de um modelo biomédico (pesquisas "em" seres humanos) e que a Plataforma Brasil possui campos de preenchimento obrigatório que são muito problemáticos para pesquisas nos campos de Humanas e Humanidades, tais como: hipóteses e recorte específico do objeto de pesquisa.

Como um CEP pode acompanhar todas as pesquisas, do começo ao fim? E como garantir que um TCLE seja, de fato, inteligível para os interlocutores se o conhecimento da linguagem e do universo semântico destes pode ser um dos objetos da própria pesquisa? Daí ser importante não formalizar e mecanizar demais o TCLE, mas torná-lo um instrumento de interlocução!

Em relação aos conceitos de risco e danos, considera difícil sempre antecipá-los, porém fundamental garantir aos sujeitos da pesquisa oferecer-lhes alternativas e acolhimento caso se sintam afetados.

Pensa que os CEPs não devem criar problemas, mas ajudar a resolvê-los. Deve-se pautá-los por uma "cultura da orientação" e não da burocratização e legalização excessivas da ética. Portanto, há que se perguntar se cabe a um CEP analisar teorias, mérito acadêmico, e se é devido ou não o uso de recursos públicos.

Lembra que, de fato, é possível prescindir de um TCLE, desde que haja uma devida justificativa.

Entre as várias perguntas que pautaram os debates, foram levantados temas como:

- 1) Exigências, por vezes, inviáveis a parceiros do exterior;
- 2) centralização do CONEP e da Plataforma Brasil em condições não amigáveis para o preenchimento e o esclarecimento de dúvidas.

Os professores Flávia e Marcelo concordaram, em suas falas de encerramento do Seminário, que há uma tendência a judicializar o campo das pesquisas, faltando espaços para apoios e esclarecimento de dúvidas. Não existe, por exemplo, nenhum levantamento, realizado entre docentes, sobre os problemas éticos que mais enfrentam e como os resolvem. Não há um fórum para esse tipo de debate.

Encerrando o Seminário, o Prof. Maurício, do Hospital Universitário (HU), lembrou que lá já foi feito um TCLE no formato de uma história em quadrinhos e que é grande a experiência dos pesquisadores do HU com desdobramentos éticos ligados à ética em pesquisa. Lembrou de uma pesquisa que testou um novo tipo de calçado e do fato de um dos que se submeteu aos testes, depois de concluído o trabalho, ter exigido o fornecimento continuado do calçado, uma vez que tinha se adaptado muito bem ao modelo, indisponível no mercado.

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer  
Comissão de Pesquisa (CPQ-FFLCH)